



GT 62. Novos conservadorismos, populismos e liberalismos: perspectivas etnográficas

Coordenador(es):

Leticia Maria Costa da Nobrega Cesarino (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Piero de Camargo Leirner (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

A presente década tem sido marcada pela ascensão de lideranças políticas representando a chamada extrema ou nova direita, alt-right, entre outras denominações. É o caso de Donald Trump, nos Estados Unidos, e de Jair Bolsonaro, no Brasil. Esses atores têm realizado investidas no debate público, intensificando controvérsias e desafiando noções e categorias já canonizadas na epistemologia científica, política, social, filosófica e econômica, tais como “direitos” e “democracia”. Na literatura antropológica e de áreas afins, assim como na esfera pública mais ampla, esses processos têm sido abordados através das chaves analíticas dos “novos” conservadorismos, populismos e liberalismos, em autores como Jean e John Comaroff, Loic Wacquant, Wendy Brown, Melinda Cooper, Philip Mirowski, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Judith Butler, Veena Das, Achille Mbembe, Bruno Latour, Nancy Fraser. O GT pretende oferecer um fórum para discussão de pesquisas antropológicas que vêm abordando essa constelação a partir de múltiplos ângulos, incluindo, mas não se limitando a: novas direitas, bolsonarismo, lavajatismo, cultura neoliberal, intervencionismo militar, terraplanismo, comunicação e mídias digitais, movimentos sociais, novas formas de ativismos, conservadorismo religioso, fake news e pós-verdade. Procuramos preferencialmente trabalhos de cunho etnográfico realizados no Brasil, ou em perspectiva comparada, mas consideraremos também pesquisas de outras ordens, e realizadas em outros países.

Uma etnografia sobre a formação das políticas antigênero e antissexualidade no Brasil

Autoria: Lucas Bulgarelli Ferreira (USP)

A noção de “ideologia de gênero” tem se consolidado como uma categoria acusatória utilizada por múltiplos atores que remonta a uma agenda transnacional com especificidades locais. Movimentos como “Com mis hijos no te metas” têm despontado em países como Bolívia, Argentina, Paraguai e Peru reivindicando a retirada do conteúdo de gênero e sexualidade das escolas sob o argumento de que tais conhecimentos são ensinados por agentes responsáveis por doutrinar crianças e adolescentes sobre a “ideologia de gênero”. No Brasil, o grupo “Escola sem Partido” tem atuado desde 2014 pressionando políticos e governos a apoiar medidas de retirada do debate de gênero da escola e de perseguição de professores. Os focos principais têm sido a escola pública e os equipamentos do Estado e as políticas direcionadas à educação, saúde, cultura e o esporte. Vale dizer que os ativismos antigênero e antissexualidade não são apenas reativos, operando também na invenção de novas realidades. Avançam com os seus projetos de sociedade de ordem punitiva “corrupção, desordem e crise da segurança pública” e produzem um tecido de força política para implementação de um projeto político. O estabelecimento de políticas antigênero e antissexualidade tem um caráter mutável, assumindo diferentes formas. O feição mais recente do ataque ao gênero e à sexualidade tem se estabelecido por meio da política de abstinência proposta pela ministra Damarens Alves. O presente resumo busca apresentar os resultados parciais de pesquisa de doutorado dedicada a acompanhar a implementação das políticas antigênero e antissexualidade no Brasil. O work de campo tem consistido em uma etnografia multisituada em diferentes cidades e regiões do país a partir do mapeamento de conflitos relacionados ao combate à ideologia de gênero em Câmaras de Vereadores, escolas e equipamentos públicos. De modo inicial, tem sido possível identificar ao menos três circuitos de atores que operam no estabelecimento das políticas antigênero e antissexualidade: lideranças religiosas e/ou políticas; ativistas e



lideranças locais que atuam a nível das cidades/regiões e das igrejas/congregações e cidadãos que têm se engajado no combate à ideologia de gênero e que se veem como destinatários destas políticas. As conversas têm sido realizadas com professores, diretores/as, pedagogos/as, vereadores e políticos locais, lideranças cristãs, pais, mães e responsáveis legais que estejam engajados com o combate à ideologia de gênero e com a promoção das políticas antigênero e antisexualidade. A etnografia tem sido realizada em cidades localizadas em regiões metropolitanas como em áreas rurais ou de menor urbanização. O work de campo começou a ser realizado em 2019 e se intensificará no contexto das eleições municipais de 2020.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: